

Ulysses promete apurar fraude

Investigações começam hoje e os "pianistas" serão punidos

JULIO ALCANTARA

Em entrevista coletiva ontem, no Palácio do Planalto, o presidente em exercício Ulysses Guimarães lamentou o rompimento do acordo, na Constituinte, em torno do texto sobre direito de propriedade, acertado na segunda-feira, em reunião no próprio Planalto com os líderes partidários e o Centrão. "Sem entendimentos, vamos ter muitos problemas pela frente", observou. Ulysses manifestou ainda sua preocupação diante das denúncias de novos "pianistas" na votação de ontem. Ele afirmou que vai mandar apurar a questão ainda hoje.

O rompimento do acordo na Constituinte foi lamentado por Ulysses, que salientou "A Constituição não é hegemônica, a falta de quorum demonstra mais uma vez a necessidade de entendimento". Ele disse não ter maiores informações sobre o motivo do rompimento do acordo e informou que hoje em nova reunião com os líderes partidários, já como presidente da Constituinte, irá discutir o assunto. Não acredita, no entanto, que os acordos fiquem inviabilizados depois da votação de ontem, porque "já temos experiências vitoriosas de acordos anteriores".

Sobre os "pianistas", o presidente em exercício disse também não ter informações. Mas citou um ditado italiano para lembrar que "qualquer lei, quando se faz, já surge a possibilidade de ser vulnerável. Não há sistema de computador ou outro que não dê margem a falha ou uso indevido", comentou. Mesmo assim, assegurou que vai determinar a apuração do fato, porque a própria Constituinte sai prejudicada perante a opinião pública.

"Eu não acho natural, eu acho péssimo. Mas pode acontecer. Acontece no Imposto de Renda, nas leis penais", disse

EUGENIO NOVAES



Benevides (dir.) ouviu mais do que falou na sessão de ontem

Sessão tumultuada confunde o interino

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

O deputado Ulysses Guimarães reassume hoje o comando da Assembleia Nacional Constituinte, ele que, desde a última sexta-feira, substituiu o presidente José Sarney no Palácio do Planalto. Em seu lugar, dirigindo interinamente os trabalhos de votação do texto constitucional, Ulysses deixou o senador Mauro Benevides, que enfrentou ontem uma das mais difíceis sessões da Constituinte. O que seria uma sessão tranquila, em função do acordo entre o Centrão e o PMDB, transformou-se, por culpa do rompimento desse acordo e pará despesa do senador Mauro Benevides, numa das mais tumultuadas votações da Constituinte, inclusive com a denúncia de fraude, feita pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, de que alguém teria votado em nome do deputado José Sarney Filho, ausente do Plenário.

A denúncia e a resposta do Centrão — o deputado Roberto Jefferson, que semana passada subiu à tribuna com um revólver na cintura, quis transformar o denunciante em suspeito — consumiu cerca de meia hora da sessão, sem que Mauro Benevides conseguisse controlar os oradores.

Momentos antes, ele ouviu, do mesmo Roberto Jefferson, uma reclamação insultuosa, ao cobrar do presidente da Mesa uma decisão contrária ao que sugeria, no microfone de apertes, um outro constituinte: "Vossa Excelência precisa decidir quem é o presidente da Mesa — se Vossa Excelência, ou o deputado que, deslealmente, está lhe ensinando a presidir".

Logo depois, diante do tumulto da sessão, com diversos parlamentares se revezando no microfone de apertes, Mauro Benevides novamente foi atacado, desta vez sob a alegação de que "estão tentando tumultuar e desmoralizar Vossa Excelência, que não está cumprindo o regimento".

Ao começar a votação da matéria relativa ao direito de propriedade, Mauro Benevides

Ulysses, ao se referir à atitude dos "pianistas". Ele observou também que não podia adiantar qualquer tipo de punição aos infratores, antes da apuração, até porque pode haver alguém querendo prejudicar os parlamentares cujos nomes foram registrados no painel, mesmo estando ausentes do plenário.

Corrupção foi um dos assuntos evitados pelo presidente em exercício durante a entrevista coletiva. Questionado sobre a melhor forma de combater a corrupção e sobre a lentidão desse processo no governo Sarney, Ulysses disse apenas saber da existência de três CPIs — Comissão Parlamentar de Inquérito — no Congresso e também que o presidente Sarney está no propósito de apurar as denúncias e punir os responsáveis. "Esse é o caminho certo", afirmou.

Antes de começar a entrevista; Ulysses Guimarães lembrou que estava "cumprindo uma rotina" ao se despedir da imprensa no último dia como presidente da República em exercício. Ele observou que poucos vice-presidentes tiveram a oportunidade de assumir com tanta frequência a Presidência da República — cargo que Ulysses assumiu pela 11ª vez. Ainda antes de responder às perguntas dos jornalistas, Ulysses Guimarães destacou como fato mais importante nos dias em que esteve no Planalto a solidariedade levada às vítimas do temporal em Petrópolis.

O empenho pela integração latino-americana também foi ressaltada por Ulysses Guimarães como um fato que vai marcar a passagem de Sarney para a Presidência da República. Ulysses transmite o cargo hoje às oito horas, na Base Aérea, quando o presidente Sarney regressa de sua viagem ao Uruguai e à Colômbia.



Ulysses, ao lado de Costa Couto, no Planalto: mandando apurar tudo já

Impasse gera primeiro buraco negro na Carta

O plenário da Constituinte produziu ontem o primeiro buraco negro na votação do projeto de Constituição, por não ter aprovado por maioria absoluta de seus membros (280) a manutenção dos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização, destacados para votação em separado, sobre o direito de propriedade. A hipótese prevista no artigo 10 da Resolução nº 3, que alterou o Regimento Interno da Assembleia, diz respeito apenas à votação e rejeição de Capitulo e de suas respectivas emendas. Sexta-feira passada, porém, em uma interpretação informal das normas regimentais, o presidente Ulysses Guimarães decidiu que esta regra seria aplicada a todo dispositivo votado, sem a necessidade de suspensão da sessão pelo prazo de 48 horas como prevê o Regimento.

O buraco negro só se efetivou ontem porque, além da rejeição dos pedidos de destaque para votação em separado dos dois textos, duas emendas propondo nova redação ao § 3º do artigo 6º, que estabelece o direito de propriedade, também foram rejeitadas pelo plenário. O Regimento, omissivo quanto a este impasse criado sobre a apreciação

de artigos, parágrafos, alíneas e outros dispositivos que não constituam Capítulos inteiros, dá margem a interpretações como a que foi encontrada por Ulysses Guimarães. O relator Bernardo Cabral tem um prazo de até 48 horas para apresentar texto circunscrito à matéria e também a maioria absoluta dos membros da Assembleia pode oferecer um novo texto neste período. Cabral garantiu que hoje mesmo apresentará uma proposta. Depois disso, abre-se um prazo de 24 horas para o encaminhamento de destaques que devem ter no mínimo 187 signatários.

O acordo da véspera sobre o direito de propriedade se desfez no plenário, ontem, em discussões generalizadas. O deputado Gerson Peres (PDS/PA) anunciou, pouco antes da matéria ser votada, que seu partido desconhecia qualquer acordo feito no Palácio do Planalto. Logo depois, o presidente em exercício, senador Mauro Benevides, anunciava que o texto do acordo não havia sido proposto formalmente à mesa, e passou à votação do destaque do senador Márcio Covas (PMDB/SP), para votação em separado do parágrafo do substitutivo do Centrão.

Sem alcançar maioria absoluta — exigência para ser mantido, como prevê o artigo 7º do Regimento Interno — o texto foi rejeitado por 248 votos contra 236 e 19 abstenções.

Novo destaque para votação em separado foi levado à votação, colocando à prova o parágrafo 3º do projeto de Sistematização. O pedido foi feito pelo deputado José Guedes (PMDB/RO), defendido pelos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) e Nelson Carneiro (PMDB/RJ) e atacado pelo deputado José Bonifácio (PDS/MG) e senador Jarbas Passarinho (PDS/PA). A discussão se travou em torno da questão de assegurar ou não a função social da propriedade.

Depois do parágrafo 3º da Comissão de Sistematização ter sido rejeitado por 255 votos contra 214 e 42 abstenções, o presidente Mauro Benevides colocou em votação duas emendas substitutivas à matéria. Antes, porém, Carlos Sant'Anna argumentou que "se criarmos os dois textos" estava criado o "buraco negro". O deputado Roberto Freire (PCB/PE) lembrou ao líder do Governo a orientação de Ulysses Guimarães e ressaltou que havia duas emendas propondo nova redação.

Evangélicos vão formar grupo de ação independente

Parlamentares evangélicos — 25 votos na Constituinte — pretendem, de agora em diante, participar das negociações das lideranças dos demais grupos e bancadas. Pertencendo ao PMDB, PFL, PDS, PDT e outros partidos, os constituintes evangélicos não desejam mais seguir as lideranças formais, mas participar diretamente das negociações. Na Câmara e no Senado, seguirão os respectivos líderes, mas na Constituinte querem agir com autonomia —

a exemplo do Grupo dos 32, Centrão, Centrão, MUP. Ate agora, fechavam em sua maioria com o Centrão. Os líderes do grupo evangélico — Manoel Moreira (PMDB), Gidel Dantas (PMDB), Fausto Rocha (PFL) e Sotero Cunha (PDC), entre outros, marcarão reunião para hoje de manhã, com o líder Mário Covas, para definir a melhor forma de participação direta em questões submetidas à votação na Constituinte.

Centrão rejeita acordo

O excesso de confiança e a expectativa do controle de mais de 280 votos em plenário levaram ontem os líderes do Centrão a romper, pela segunda vez, um acordo sobre o direito de propriedade, que, além de resolver o impasse, permitiria a desobstrução da pauta de votações com a aprovação do texto acordado. O texto aceito pelos representantes do Centrão na presença do presidente Ulysses Guimarães, na noite anterior, garantia o direito de propriedade submetido ao bem-estar social, mas teve como mais fortes opositores o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e o líder do PFL, José Lourenço (BA), que se responsabilizaram formalmente pelo rompimento tão logo foram informados pelo deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) de que teriam número suficiente para aprovar o texto original do Centrão. Preferiram arriscar e acabaram vendo o texto derrotado.

Não passava das 11 horas da manhã quando o deputado José Lourenço ligou para o gabinete do líder do PMDB, Mário Covas (SP), e deixou com a secretária o recado dando conta de que o Centrão "estava enfrentando dificuldades" para convencer as bases do grupo a aceitarem o acordo. Neste breve comunicado, o líder do PFL anunciava o rompimento do acordo. Até este momento, todos acreditavam que o texto acordado estava de pé, inclusive a maioria dos parlamentares do Centrão, que minutos antes da votação não haviam recebido novas instruções de como deveriam votar e sobre o que seria votado.

Um dos representantes do Centrão na reunião que selou o

acordo posteriormente rompido, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) fazia parte de uma ala do grupo que não concordava com o comportamento dos deputados Bonifácio de Andrada e José Lourenço, e insistia até o último momento em manter o texto acordado. Outras alas do Centrão, alheias às últimas decisões das lideranças, chegaram ao plenário desorientadas e procurando novas informações sobre os entendimentos. — Não tem mais acordo não.

Já por volta das 16 horas, foi colocado em votação o texto original do Centrão. Mesmo tendo a adesão de grande parte do grupo, o texto acordado não pôde ser votado, pois foi custurado com a fusão de emendas de autoria dos deputados Afif Domingos e Ricardo Fíza, que não autorizaram sua votação. Sentado na bancada ao lado de Bonifácio de Andrada, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) ainda tentou um último entendimento. "Vamos caminhar no sentido de deixar no texto implícito que a propriedade tem função social e pronto", tentou,

sem sucesso. Surdo ao apelo, o líder do Centrão se preocupou apenas em digitar o seu voto. O resultado não demorou muito a figurar no painel eletrônico, emudecendo o antes eufórico bloco dos centristas: 236 "sim" contra 248 "não".

Muitos parlamentares votaram contra o Centrão porque ficaram insatisfeitos com o comportamento dos que romperam o acordo. Agora, eu quero ver o que eles vão fazer para impedir a aprovação do texto da Sistematização.

A ESTRELA DO DIA

GIVALDO BARBOSA



Nelson Carneiro impressionou o plenário em seu discurso

Nelson transforma polêmica em palmas

Situação rara no plenário da Assembleia Nacional Constituinte é um parlamentar conseguir ser unanimidade de aceitação e aplausos, principalmente quando se debatem questões polêmicas e por isso mesmo divisoras de água. Para o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), no entanto, essa pareceu ser uma tarefa rotineira e calçada na experiência de anos de tribuna. Sua estrela brilhou ontem com mais intensidade e, como que em transe, ele defendeu de forma magistral o texto da Comissão de Sistematização ao parágrafo que trata da propriedade privada —, colocando todo o plenário em situação de perplexidade pela substância do discurso.

Embora sua defesa não tenha sido o bastante para garantir a aprovação do texto, o Senador conseguiu, além de influenciar visivelmente alguns votos indecisos, se opor com grandeza ao discurso do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) que falou contra a aprovação da emenda. Aplaudido tanto pelos membros do Centrão, quanto pelos constituintes de esquerda, Nelson Carneiro teve ainda que se curvar, à saída da tribuna, a uma

fila de mulheres constituintes, que o aguardavam para homenageá-lo com beijos. Estavam lá, entre outras, Beth Azize (PSB-AM), Márcia Kubitschek (PMDB-DF) e Abigail Feitosa (PSB-BA). Mais importante, o Senador fez seu discurso de improviso em um espaço, convenientemente cedido ao Senador pelo líder do PCB, Roberto Freire (PCB-PE), inscrito anteriormente para a defesa do texto da Sistematização.

Nelson Carneiro não precisou da utilização dos já conhecidos jargões da retórica, tão comumente arranjados nestes momentos. Pelo contrário, fez uso de uma linguagem simples e o máximo de erudição foi a citação de uma encíclica papal, para rebater o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Disse ele: "não foi nem a China comunista, nem a Rússia socialista e nem a Albânia quem primeiro fez referência à função social da propriedade, mas a encíclica papal Rerum Novarum. Ainda para situar historicamente alguns constituinte, o Senador reafirmou que até mesmo os Andraza, em sua época, lutavam para dar à propriedade essa função.

O DESABAFO DE DASO

"Se falar tudo o que sei, mandam me matar"

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Indisfarçadamente abatido, decepcionado com a derrota do texto do Centrão sobre o direito de propriedade e preocupado com a nova realidade ditada pelas últimas baixas do grupo, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) fez ontem um nervoso desabafo, denunciando o jogo de interesses que envolve o comprometimento dos votos de parlamentares do próprio Centrão e dos grupos que agora querem se desvincular, como o Centro Democrático e os evangélicos.

— Se eu começar a falar o que sei aqui desta Casa eu morro, mandam me matar — disse Daso Coimbra, já mostrando cansaço da tarefa de repetir diariamente centenas de telefonemas convocando os constituintes do Centrão para as votações. Ele revelou, inclusive, que tem gravado vários destes telefonemas em que os parlamentares contatados fazem as mais diversas exigências para garantir seu voto ao Centrão. "Uns dizem que só votam com o Centrão se um determinado empresário lhe der algo em troca, outros exigem benefícios do governo do presidente José Sarney".

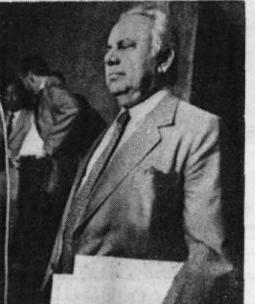
Além dos 47 constituintes que antes pertenciam ao Centrão e assinaram um documento do Centro Democrático para oficializar a partir de hoje uma posição de independência nas futuras votações, ontem um outro desentendimento determinou a saída de 18 constituintes do Grupo dos Evangélicos, liderados pelo deputado Gidel Dantas. Eles se reuniram pela manhã e, surdos aos apelos feitos pelos líderes do Centrão para que reconsiderassem, decidiram também seguir linha independente de agora em diante.

De acordo com o deputado Daso Coimbra, os evangélicos decidiram abandonar o Centrão, descontentes com a derrota de uma emenda do próprio Gidel Dantas — sobre divórcio — quando consideravam que teriam o apoio do grupo para sua aprovação. "Mas na verdade o que eles querem é amanhã aparecer

nos jornais dizendo que não pertencem mais ao Centrão. Isso para eles é ótimo porque o eleitorado acha uma maravilha", comentou Daso Coimbra. Já o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), um dos evangélicos, garante que o seu grupo abandonou o Centrão porque todos têm bases urbanas que não aceitam tal vinculação.

Quando aos parlamentares que estão saindo do Centrão para rearticular o Centro Democrático, Daso Coimbra afirma que tomaram tal decisão por puro fisiologismo. "O Centrão é um bode expiatório.

EUGENIO NOVAES



Daso Coimbra

OS QUE MUDARAM DE LADO

Os constituintes que votaram hoje contra os compromissos assumidos com o Centrão, segundo Daso, são os seguintes: Alvaro Antônio, Arnaldo Martins, Aroldo de Oliveria, Aureo Melo, Calo Pompeu, Carlos Alberto, Divaldo Sruagy, Edivaldo Motta, Eduardo Moreira, Elias Murad, Eraldo Trindade, Farabulmi Júnior, Genésio Bernardino, Gil César, Henrique Eduardo Alves, Homero Santos, Pedro Canedo, Raimundo Lira.

Raquel Cândido, Roberto Vital, Rodrigues Palma, Salatiel Carvalho, Ivo Cersósimo, Jairo Azi, Jesualdo Cavalcanti, Joaquim Haickel, José Carlos Coutinho, José Luiz de Sá, José Viana, Leopoldo Peres, Lourenço Nunes Rocha, Luiz Viana Neto, Manoel Moreira, Manuel Viana, Márcia Kubitschek, Marcos Lima, Maurício Nasser, Nion Albernaz, Odacir Soares, Sotero Cunha, Ubiratan Aguiar.